

ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E SEIS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE -----

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e catorze, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

----- ORDEM DO DIA: -----

- 1. Expediente-----**
- 2. Ata -----**
- 3. Transição da universalidade da Assembleia Distrital de Setúbal para a Associação de Municípios da Região de Setúbal. -----**
- 4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----**
 - a) Derrama /ano de 2015; -----**
 - b) Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I);-----**
 - c) Participação variável no IRS – Fixação de percentagem; -----**
 - d) Cedência do Lote 1 do Loteamento Municipal Lar Residencial de Alvalade – Dar conhecimento da alteração da área do Lote;-----**
 - e) Relatório Semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município – Dar conhecimento; -----**
 - f) Transmissão da Universalidade da Assembleia Distrital de Setúbal (ADS) – Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS). -----**
- 5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----**

Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros: -----

Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, António João Antunes Isidoro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, José Manuel Guerreiro Neves, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata. -----

Não compareceram os membros: Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, João Alberto Machado Guerreiro, Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, Ricardo Campos da Silva Rico, Rui Manuel Madeira dos Santos e Joaquim António Gonçalves.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha e dos senhores vereadores M^a Margarida Costa R.C. Santos,

Daniela Filipa Cópio Martins, Norberto Valente Barradas, Francisco Carrajola de Sousa, e Albano Joaquim Mestre. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA-----

A Senhora Presidente colocou à consideração da Assembleia o pedido de **suspensão do mandato apresentado pelo Senhor Igor Filipe Almeida Guerreiro, eleito da CDU**, pelo período de um ano, a partir de três de agosto de dois mil e catorze, devido a ausência do País, por motivos profissionais, em conformidade com o previsto no artigo 77º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

Acrescentou que fora convocada para sua substituição a eleita que se segue na mesma lista, Senhora Angela Isabel Botelho Baltazar Almeida, em conformidade com o previsto no artigo 79º da lei acima referida, a qual justificou a sua ausência na presente sessão por razões profissionais. -----

Não foram levantadas objeções à suspensão do mandato do eleito em causa. -----

Outras substituições-----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que se faziam substituir na presente sessão, o Senhor Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, eleito do PS, pela Senhora Miriam Mills Mascarenhas que se segue na respetiva lista. **O Senhor Ricardo Campos da Silva Rico, eleito do PS**, pelo Senhor Carlos Alberto Lopes da Silva Tomás, o qual se segue na mesma lista, por se encontrarem ausentes do País, por razões profissionais.-

O Senhor Rui Manuel Madeira dos Santos, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, o qual se fez substituir pelo Senhor Ricardo Matias, membro do Executivo da Junta. **O Senhor Joaquim António Gonçalves, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos**, pelo seu substituto legal, Senhor Virgílio Gonçalves, por razões profissionais e por motivos de saúde, respetivamente. ---

ESTRADA MUNICIPAL 1085 – COLOCAÇÃO DE ESPELHO PARABÓLICO--

O Senhor António Isidoro, eleito do PSD, referiu que era a terceira vez que abordava o assunto relativo à colocação de um espelho parabólico na via de acesso ao loteamento da Aldeia de Santo André à EM 1085.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Albano Pereira, com competências delegadas nesta matéria, o qual informou que já tinham sido aprovados os espelhos e outra sinalização de trânsito, os quais estavam a ser colocados em vários locais do Município, acrescentando que estava prevista, para a semana seguinte, a colocação daquele espelho.-----

ESTRADA MUNICIPAL 1087 – INTERVENÇÃO -----

O Senhor António Isidoro referiu que havia algumas semanas verificara que andavam a fazer marcações na EM 1087, questionando se as mesmas tinham como objetivo a reparação daquela via, considerando que era urgente uma intervenção antes do inverno.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que estava prevista uma intervenção naquela via, sendo um compromisso assumido para o mandato em curso. ---

ATRASO NA RECEÇÃO DOS DOCUMENTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A PRESENTE SESSÃO-----

O Senhor João Pereira, eleito do PS, informou que só recebeu os documentos na última quarta-feira, acrescentando que o tempo disponível até à data da sessão, não era

suficiente para analisar os documentos, dado que alguns eram bastante extensos, embora tenham sido cumpridos os prazos regimentais pela Mesa da Assembleia. Acrescentou que contactou os Correios sobre o assunto, tendo sido informado que foi cumprido o prazo de distribuição. Pelo que, sugeriu que sempre que a documentação esteja pronta na data da convocatória, como era o caso, seja remetida com a mesma e, caso seja necessário a inclusão de mais algum assunto, que seja feito um aditamento à ordem do dia, a enviar, posteriormente, com os documentos referentes ao mesmo. -----
A Senhora Presidente referiu que a sugestão ficava registada. Acrescentou que o prazo de envio da documentação já tinha sido alterado no Regimento, de quatro para seis dias, por sugestão sua, tendo em conta possíveis atrasos. -----

ULTIMA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL – ASSUNTOS VÁRIOS-----

Parque Empresarial de Vila Nova de Santo André – Infraestruturas -----

O Senhor João Pereira referiu que assistiu a parte da última reunião do Órgão Executivo, onde, entre outros assuntos, um munícipe, Senhor Jordão, reclamou, indignado, sobre o atraso na construção das infraestruturas num lote que lhe foi cedido, em dois mil e sete, no Parque Empresarial de Santo André, com o objetivo de resolver uma situação ilegal das suas instalações junto à Cidade de Santiago do Cacém, questionando se o munícipe sabia que o lote não tinha infraestruturas quando foi feita a escritura, e quando é que o mesmo solicitou a resolução do problema da falta das mesmas.-----

Parque Empresarial de Ermidas – Sado – Instalação de empresas-----

Mais referiu que naquela reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal informara sobre a instalação e funcionamento da empresa Mardeus, no Parque Empresarial de Ermidas-sado, a qual emprega cento e vinte trabalhadores, e que uma empresa farmacêutica iria também iniciar a sua atividade naquela Vila, acrescentando que se congratulava com estes investimentos no Município. -----

Referiu ainda que o Senhor Presidente também afirmara que tinha sido importante a ação da Câmara Municipal para atrair os investidores mas, segundo lhe constou, a empresa Mardeus terá hesitado na decisão de se instalar naquele Parque, questionando sobre os apoios diretos concedidos pela Câmara Municipal às empresas. -----

Alvalade Medieval – Segurança -----

Ainda sobre assuntos tratados naquela reunião, quis saber qual a entidade que estava a assegurar o socorro na iniciativa “Alvalade Medieval”, tendo em conta as dificuldades financeiras e a falta de recursos humanos da Associação de Bombeiros daquela Vila. ----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Senhor João Pereira tinha vindo assistir à **reunião da Câmara Municipal** onde foram colocadas as questões que levantou, mas que não devia ter compreendido tudo o que foi dito, caso contrário não tinha vindo para a Assembleia Municipal afirmar que o munícipe estava indignado, quando não estava, esclarecendo que o Senhor João Jordão tinha vindo expor o assunto na reunião de Câmara, como qualquer munícipe o pode fazer, dado que todas as reuniões da Câmara Municipal são públicas e as pessoas podem colocar as suas questões, às quais os membros do Executivo respondem, como aconteceu naquele caso.

Relativamente à instalação de empresas no Parque Empresarial de Ermidas – sado, esclareceu que a Câmara Municipal dotou aquela Parque de infraestruturas, cedendo os lotes aos interessados, criando as condições para a sua instalação, e tem acompanhado os empresários nos processos de investimento, apoiando na resolução de problemas que tem surgido, mesmo naqueles que não são da sua competência, dando como exemplo a intervenção junto da EDP, para resolver um problema relacionado com

o abastecimento de energia, bem como as recentes diligências junto da Administração da Empresária Rodoviária, no sentido de sensibilizar para a necessidade do transporte de trabalhadores que aquelas empresas precisam de recrutar.-----

Sobre a questão da segurança na iniciativa “Alvalade Medieval”, esclareceu que se tratava de uma iniciativa que tinha o apoio da Câmara Municipal, não sendo a mesma responsável pela sua organização. Acrescentou que esta se desenvolveu durante três dias, com a participação de cerca de quinze mil pessoas, e que existem mecanismos de intervenção no âmbito da Proteção Civil que compreendem várias entidades, nomeadamente os Bombeiros e as Forças de Segurança, as quais darão a resposta necessária, de acordo com a situação que se colocar.-----

CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – PASSADEIRAS-----

O Senhor João Pereira referiu que, aquando da iniciativa das tasquinhas no Mercado Municipal, reparou que tinha havido uma intervenção na calçada, junto das passadeiras existentes naquele local, questionando se o mesmo ia ser feito noutras passadeiras, na Cidade.-----

ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO – ATRASO NA ABERTURA DO NOVO ANO LETIVO-----

O Senhor João Pereira referiu que o presente ano letivo se iniciara com o atraso na abertura daquelas escolas, considerando que se tratava de um ataque direto às mesmas, e que esta situação podia levar alguns pais a não matricular os seus filhos nas escolas rurais, no próximo ano letivo, o que poderá levar ao encerramento de mais escolas. Pelo que, considerou que este assunto devia ser devidamente aprofundado com os encarregados de educação, no sentido dos mesmos perceberem o que aconteceu, saberem as razões porque não foram colocados, atempadamente, os funcionários em falta, quando os responsáveis sabiam que os contractos de tarefa estavam a terminar, as pessoas que se iam aposentar e que uma funcionária tinha falecido. Acrescentou que a falta de pessoal auxiliar era na Sede do Agrupamento e que os funcionários que estavam nas escolas rurais foram deslocados para colmatar essa falha, o que contribuiu para a situação verificada e que podia ter levado a que cento e cinquenta crianças tivessem ficado muito tempo sem aulas. Mais referiu que era preciso esclarecer devidamente este assunto e tomar medidas para que situações destas não se repetissem.-----

Referiu ainda que felicitava o Presidente da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e S. Bartolomeu da Serra, por ter disponibilizado uma funcionária da Junta para a EB1 de Santa Cruz, no sentido de colmatar a situação, embora entendesse que as autarquias não se devem substituir à Administração Central, naquilo que são as atribuições desta.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que gostaria que ficasse absolutamente claro que a responsabilidade pela colocação de pessoal nas escolas era inteiramente do Ministério da Educação, o qual não tratou, atempadamente, deste problema, deixando sete escolas rurais do Município sem aulas, no início do ano letivo. Acrescentou que não chegou ao seu conhecimento que o Senhor João Pereira tivesse tomado posição pública sobre esta situação.-----

Mais informou que a Câmara Municipal acompanhou a situação, desde o início, com as juntas de freguesia e os encarregados de educação e contactou o Senhor Secretário de Estado no sentido da resolução do problema, o que foi conseguido, mas podia ter sido evitada a deslocação de pais e autarcas a Évora e todos os incómodos resultantes da

situação que foi criada, se tivessem sido tomadas as medidas que se impunham, em devido tempo.-----

REQUERIMENTO -----

O Senhor João Pereira fez o seguimento requerimento oral: -----

“1. Quanto custou a obra de repavimentação da Av. D. Nuno Álvares Pereira, na Cidade de Santiago do Cacém ?-----

2. Quem reparou os buracos que abriram no pavimento pouco tempo depois da obra concluída ?-----

3. Quem vai tapar outros buracos que, entretanto, abriram naquele pavimento?”-----

SUSPENSÃO DAS OBRAS NA A26/IP8 -----

O Senhor José Sucena solicitou informação sobre o ponto de situação relativo ao recomeço dos trabalhos naquela via, tendo em conta as diligências que foram efetuadas pelas autarquias, o comunicado das Estradas de Portugal à imprensa, logo a seguir à marcha lenta de protesto, entre Santo André e Sines, a qual teve lugar, em maio, de que as obras iriam recomeçar rapidamente, e o facto do Senhor Deputado Pedro do Ó Ramos ter referido na Sessão Ordinária de junho, aquando da abordagem deste assunto, que quem fazia política era o Governo e não as Estradas de Portugal, tendo também afirmando que esta empresa, por via da negociação, tinham chegado a um acordo com a outra parte, e que tudo se iria resolver rapidamente.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que após a última Assembleia Municipal Extraordinária sobre a suspensão daquelas obras, seguida da manifestação referida, as Estradas de Portugal, através de um comunicado à Imprensa, informaram que as obras seriam retomadas no mês de julho. Contudo, já se estava no final do mês de setembro e não existia qualquer sinal do reinício das mesmas.-----

Informou que, no dia um de agosto, tinha solicitado uma reunião ao Senhor Secretário de Estado e também solicitara uma reunião ao Presidente das Estradas de Portugal, para tratar deste assunto, não tendo até agora obtido resposta das duas entidades, apesar das várias insistências por parte do seu Gabinete de Apoio.-----

Mais referiu que aquelas obras estão num total abandono e que a postura das entidades responsáveis neste processo revelava uma completa desconsideração pelas populações e seus representantes, acrescentando que as autarquias locais e a população devem continuar a manifestar o seu descontentamento até que aquela situação, a qual se arrasta há mais de três anos, seja resolvida. Mais referiu que ninguém tinha pedido a construção daquela autoestrada, porque existia uma via rápida com boas condições de circulação que servia as pessoas.-----

Referiu ainda que havia quem tentasse imputar responsabilidades à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal por aquela situação, como acontecera recentemente numa iniciativa em que esteve presente.-----

O Senhor José Sucena referiu que depois da informação do Senhor Presidente era merecida uma censura ao Governo PSD/CDS e ao Primeiro Ministro Passos Coelho, tendo em conta o que foi afirmado pelo Senhor Deputado Pedro do Ó Ramos, na sessão anterior, de que quem mandava era o Governo e não as Estradas de Portugal, logo, deveria a Assembleia fazer uma censura ao Governo pela situação criada e não propriamente às Estradas de Portugal, colocando o assunto à consideração da Assembleia Municipal.-----

Interveio o Senhor António Isidoro, eleito do PSD, referindo que a resolução do problema da conclusão daquelas obras estaria dependente da fusão da empresa EP com a empresa Refer.-----

O Senhor Presidente referiu que se tratava de uma falsa questão, lembrando que as EP assumiram compromissos, em fevereiro, no sentido daquelas obras serem retomadas, e que, se o processo de fusão durasse meses o País não podia parar durante todo esse tempo, acrescentando que o processo de fusão em causa não impediu que fossem reiniciadas outras obras, como o túnel do Marão, considerando que o problema era a falta de vontade de vontade política e de capacidade para perceber a importância desta região para economia do País.-----

O Senhor João Pereira referiu que o Senhor Pedro do Ó Ramos tinha dito naquela reunião que estavam em causa questões contratuais, dado que falou em acordo e negociação, o que, em termos legais, levava mais tempo, a exemplo do que aconteceu aquando da extinção da Regi. Acrescentou que a intervenção do Senhor Deputado estava a ser comentada fora do contexto em que foi feita, pelo que, o PS se iria abster. --

Interveio o Senhor José Sucena, referindo que não era preciso fazer um esforço de memória sobre o que foi dito naquela sessão pelo Senhor Deputado Pedro do Ó Ramos sobre este assunto, bastava ler o que estava escrito na página quinze da ata “ *O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que quem fazia política era o Governo e não a empresa Estradas de Portugal, acrescentando estar perfeitamente convencido que, depois de dois anos de negociações com o Consórcio, tinha sido por causa da manifestação de protesto que se tinha chegado a um acordo entre as partes para recomeço das obras.*”

Mais referiu que a forma para resolver este assunto era mandar embora o Governo que não respeita a população. Acrescentou perceber que o PS, em Santiago do Cacém, já tivesse a criar as condições ao PSD, no sentido de formarem um bloco central, para continuarem a política desgraçada que tem arruinado o País. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, recordando que as Estradas de Portugal tinham comunicado à imprensa que já havia acordo com o Consórcio que adjudicara as obras, desvalorizando a luta das populações para o retomar das mesmas, postura igualmente assumida pelo Senhor Pedro do Ó Ramos, o qual chegou mesmo a trocar da relevância que teve a luta das pessoas na posição das EP que levou àquele anúncio público, lamentando que o Senhor Deputado não estivesse presente nesta sessão, para discutir este assunto.-----

Mais referiu que o PS tinha medo de quem lutava, chegando a afirmar que se ia abster, mesmo sem saber se a CDU tinha algo para apresentar sobre esta questão. Acrescentou que era o Povo que estava a pagar por esta situação absurda, a qual durava havia quase quatro anos, eram os trabalhadores que todos os dias têm que se deslocar para Sines, por uma via com pins no meio e obrigados a circular a cinquenta quilómetros por hora, considerando que os autarcas não se devem calar e devem estar ao lado das populações contra esta política desgraçada que temos tido e contra aqueles que ainda gozam com quem luta, e os outros que só querem ganhar eleições. Mais referiu que por parte da Junta de Freguesia de Santo André tudo será feito para que este problema seja resolvido. Referiu também que aqueles que são do Partido do Governo e os que querem vir a ser é que andam a dizer que a culpa da situação é da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, quando tem sido esta que tem feito intervenções para minimizar os problemas, sobretudo na reparação da Rotunda, despendendo verbas do seu orçamento para o efeito, as quais deixam de ser canalizadas para fazer face a outras necessidades da população e que são da competência da Junta. Acrescentou que até havia pessoas a título individual que tem ido reparar a Rotunda. -----

Concluiu, referindo que a política desgraçada do Governo nos últimos três anos e meio, e o facto daquela via estar naquelas condições, vai para cinco anos, quando ninguém pediu que ali fosse construída uma autoestrada, porque a via rápida anterior estava em boas condições, bastava que tivesse sido colocado um separador e pouco mais, levou a que fosse desbaratado dinheiro do erário público, não servindo as pessoas, nem a causa pública, bem pelo contrário, prejudicando as populações. -----

O Senhor Jorge Magrinho referiu que era preciso dizer basta a esta e a outras situações, e que os eleitos da CDU estavam na Assembleia Municipal para defenderem os interesses da população, acrescentando que gostaria de saber se os eleitos das outras forças políticas com assento neste órgão estavam com o mesmo propósito ou só para olhar pelos seus interesses políticos. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por referir que também estava na Assembleia para defender os interesses das pessoas. -----

Sobre o assunto em discussão referiu que a questão das negociações que foi evocada era, manifestamente, uma manobra dilatória, dado que as mesmas podiam levar anos, em prejuízo das populações, considerando que não deve haver compreensão por este tipo de conduta do Governo, e que tudo o que pudesse ser feito contra esta situação, era de apoiar. -----

Mais referiu que ficaria muito triste se a segunda maior bancada da Assembleia Municipal se abstivesse numa proposta que vise a tomada de medidas para alterar aquela situação, quando sabe que eleitos do PS participaram nas iniciativas que já tiveram lugar com o mesmo objetivo. -----

Questionou se o Senhor Presidente da Câmara Municipal ia voltar a interpelar a empresa Estradas de Portugal e o Governo sobre o assunto. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a empresa EP anunciou que tinha chegado a acordo com o Consórcio e que, em julho, as obras seriam retomadas, o que não aconteceu, pelo que, não obtendo resposta da mesma, e, seguindo o mesmo raciocínio do Senhor Pedro do Ó Ramos, recorreu ao Governo, sem que, até agora, tenha recebido qualquer resposta, apesar das muitas insistências por parte da Câmara Municipal. Acrescentou que terão de ser tomadas outras medidas para por termo aquela situação. -----

O Senhor José Sucena referiu que o Governo devia ser censurado, não só por esta, mas também por outras situações que prejudicam gravemente as pessoas, nomeadamente os cortes nos salários e nas reformas, o aumento nas taxas moderadoras, os cortes na saúde pública e a subida dos impostos. Acrescentou que as populações, os trabalhadores, merecem e precisam que estas situações sejam corrigidas, mas no Governo são cegos surdos e mudos e contam com o apoio de outros que podiam fazer a diferença. -----

Interveio o Senhor João Pereira, eleito do PS, referindo que as preocupações com o povo manifestadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, Jaime Cáceres, na sua intervenção, lhe suscitaram a colocação de duas questões, uma que tinha a ver com o acidente, no início do ano, na passagem de nível da linha férrea, em Relvas Verdes, e a necessidade de colocação de sinalização luminosa naquele local, para evitar situações futuras, questão esta que já tinha colocado em anterior sessão da Assembleia.

A outra questão que também tinha colocado noutra sessão, tinha a ver com a reparação do troço da estrada no Poço da Obra, questionando de quem era a responsabilidade pela sua manutenção. -----

Mais referiu que também tinha colocado uma questão relativa à colocação de sinais de trânsito na Lagoa de Santo André. -----

Acrescentou que ia requerer, por escrito, que lhe fossem dadas respostas a estas questões, acompanhadas das cópias dos eventuais ofícios remetidos a entidades externas sobre os assuntos colocados. -----

DIVULGAÇÃO DA AGENDA DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL ----

O Senhor João Pereira questionou sobre a divulgação deste documento. -----

O Senhor Presidente esclareceu que a agenda era remetida aos senhores vereadores, de acordo com a lei em vigor e o Regimento daquele Órgão Municipal.-----

ORDEM DO DIA:-----

1. Expediente-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de junho até ao mês de setembro de dois mil e catorze.*-----

* Documento que é dado como reproduzido em ata, com o número catorze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Atas-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **ata nº 04 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 27 de junho de 2014.**-----

A ata foi **aprovada, por maioria**, com quatro abstenções, dos senhores Carlos Alberto Lopes da Silva Tomás, Miriam Vicente, Ricardo Matias e Vergílio Gonçalves, por não terem estado presentes.-----

3. Transição da universalidade da Assembleia Distrital de Setúbal para Associação de Municípios da Região de Setúbal.-----

A Senhora Presidente colocou para discussão a seguinte **“Proposta: Ratificar** a seguinte deliberação da Assembleia Distrital de Setúbal (ADS), aprovada na reunião de 9 de setembro de 2014: **“A Assembleia Distrital de Setúbal, reunida a 9 de setembro, nas instalações sitas na Av. Luisa Todi, nº 162, aprova que as situações jurídicas patrimoniais ativas e passivas, materiais e imateriais de que a Assembleia Distrital de Setúbal é titular, bem como os vínculos jurídico-laborais em que a Assembleia Distrital de Setúbal é a entidade empregadora e os serviços abertos ao público que compõem a universalidade jurídica conforme definida no art.º 2º da Lei nº 36/2014, de 26 de junho, transitem para a Associação de Municípios da Região de Setúbal.”**

Não havendo inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**-----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) Derrama /ano de 2015;-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA:** Que seja lançado a Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), a cobrar no ano de 2015, que corresponda à proporção do rendimento gerado na área geográfica do Município.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos da alínea b) do artigo 14º e do nº 1 e 2 do artigo 18º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e da alínea ccc) do nº 1 do artº 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que o Relatório Semestral da Situação financeira do Município revelava uma oscilação negativa da arrecadação da receita da Derrama, o que também se reflectirá de forma negativa no Orçamento, embora o valor da mesma lhe parecesse pouco significativo relativamente ao valor total do Orçamento do Município, questionando se o nível dos valores arrecadados da Derrama se deviam ao facto de não existir muitas empresas instaladas no Município, e se não seria possível introduzir um valor mais baixo da Derrama para empresas com menos faturação, o que podia ser um incentivo para as empresas existentes e para outras se instalarem no Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que o que estava em apreço era a aprovação de uma taxa que se situava num intervalo previsto na lei, não se tendo optado pelo valor máximo previsto. -----

Mais esclareceu que o valor médio anual da Derrama arrecadado pelo Município nos últimos anos tinha sido de cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros, sendo que as oscilações verificadas se deviam ao não cumprimento dos prazos das transferências daquela receita para o Município. -----

Referiu ainda que a questão do volume de faturação era relativa, porque o facto de uma empresa ter uma faturação reduzida não significava que tivesse pouco lucro, e que o contrário podia acontecer. Acrescentou que o mais importante no que respeitava a incentivos eram as medidas que foram tomadas pelo Município, disponibilizando terrenos nos vários Parques Empresarias existentes, para as empresas se instalarem, a preços favoráveis, bem como o apoio e acompanhamento que era dado aos potenciais investidores pelo Gabinete de Apoio ao Empresário, entre outras ações para a sua fixação. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo dezasseis da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, António João Antunes Isidoro, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata. Seis do PS, senhores Miriam Mascarenhas, Carlos Alberto da Silva Tomás, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, e um do Senhor António João Antunes Isidoro, eleito do PSD.-----

Uma abstenção da Senhora Joana Margarida Ganço Filipe, eleita do BE.-----

--- **b) Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I);** -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a fundamentou a seguinte” **PROPOSTA: 1.** Aprovar a taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) a incidir sobre o valor patrimonial tributário, a vigorar em 2015:-----

-Para Prédios urbanos – 0,4%. -----

2. Que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal, nos termos da alínea d) do nº 1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

FUNDAMENTOS: De acordo com a alínea c) do nº 1 do artº 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis publicado em anexo ao Decreto Lei nº 287/2003, de 12 novembro na redação da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado

para 2014), e o disposto na alínea ccc) do nº 1 do artº 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que considerava este assunto ainda mais sensível que a questão da Derrama, na medida em que se tratava de um encargo que incidia sobre as pessoas singulares, questionando as razões que levaram ao valor da taxa proposta.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que se tratava de um imposto que tinha a ver com o património edificado, abrangendo muitas famílias, e que a Câmara Municipal optara por não propor a taxa máxima, nem a taxa mínima, no intervalo previsto na lei, tendo em conta a situação financeira do Município, devido aos cortes que tem sido feitos, acrescentando que se tratava de uma taxa igual para todos e que o valor em causa era o mais justo nas atuais circunstâncias.-----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, questionando se a reavaliação dos imóveis que foi feita não se refletira no aumento da receita do Município que permitisse baixar um pouco aquela taxa.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a receita do IMI não era toda canalizada para os municípios e que, em sua opinião, o financiamento das autarquias devia ser feito através do Orçamento de Estado, evitando situações em que a construção possa ser demasiado incrementada nalguns locais com o objetivo da arrecadação de mais receita.-----

Mais referiu que foi feita a reavaliação dos imóveis, mas também houve muitos cortes que reduziram a receita do Município, acrescentando que o Governo estará a preparar medidas no sentido de obrigar os municípios a canalizar a receita deste imposto para amortização de dívida a médio e a longo prazo, beneficiando desta forma os bancos, dado que se trata de empréstimos de dez e de vinte anos contratados com juros baixos, obrigando os municípios a terem que fazer outros empréstimos, com juros mais elevados, dado que estes deixam de poder contar com aquela verba para investirem nos seus municípios.-----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, referindo que se tratava de uma medida inconstitucional do Governo.-----

Interveio o Senhor João Pereira, eleito do PS, referindo que a taxa de zero vírgula quatro, será aplicada em todo o Município, quando possuir uma casa na Cidade de Santiago do Cacém ou de Santo André não era o mesmo que ter uma casa em Vale de Água, em termos de acesso aos serviços, pelo que, questionou se não seria de baixar aquela taxa para zero vírgula três nas zonas rurais.-----

A Senhora Joana Filipe referiu que as casas não eram todas avaliadas da mesma forma.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que na avaliação dos imóveis eram tidos em conta vários fatores, nomeadamente a localização, a idade dos imóveis, a sua dimensão e uso.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, António João Antunes Isidoro, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata.-----

Oito abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Miriam Mascarenhas, Carlos Alberto da Silva Tomás, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, uma do Senhor António João Antunes Isidoro, eleito do PSD, e uma da Senhora Joana Margarida Ganço Filipe, eleita do BE. -----

--- **c) Participação variável no IRS – Fixação de percentagem;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Definir para o ano de 2015 a taxa de 5% para a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município.-----

FUNDAMENTOS: De acordo com os nsº 1 e 2 do artº 26 da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro e o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 25 e na alínea ccc) do nº 1 do artº 33 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que se tratava de um imposto sobre os rendimentos dos fatores de trabalho e que, neste caso, a Câmara Municipal propunha a aplicação da taxa máxima, questionando se não tinha sido ponderada a possibilidade de baixar um pouco esta taxa, tendo em conta as dificuldades que as pessoas estão a passar e, desta forma, a Câmara Municipal enviar uma mensagem de apoio e solidariedade à população do Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que esta era uma prerrogativa legal, altamente demagógica, que o Governo tinha criado à conta dos municípios, ao mesmo tempo que lhes retirava verbas e criava sobretaxas no IRS, quando são os municípios que mais obras fazem para beneficiar as populações.-----

Mais referiu que seriam os que mais auferem que iriam beneficiar com a redução da taxa em causa, porque a maioria das pessoas no Município nem ganhavam o suficiente para pagar IRS, considerando que qualquer redução não iria ter impacto no rendimento da maioria das pessoas, mas seria prejudicial para a receita do Município.-----

A Senhora Joana Filipe questionou se existia algum estudo sobre a redução desta taxa e, caso existisse, se os resultados do mesmo lhe podiam ser fornecidos, até à próxima Sessão. -----

Referiu ainda partilhar da opinião do Senhor Presidente relativamente às políticas de redistribuição que deviam ser feitas pela Administração Central, considerando que se estava perante uma incompetência total do Governo relativamente a esta matéria. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o IRS era um imposto que compreendia taxas progressivas, o que não acontecia neste caso, servindo as mesmas para empobrecer as contas dos municípios e favorecer os que mais ganham, o que considerava injusto.-----

Sobre os dados solicitados, informou que a Câmara Municipal não tinha um documento oficial sobre a análise da aplicação da taxa do IRS que foi feita aquando da preparação das GOPs, mas que os elementos existentes podiam ser organizados e fornecidos à Senhora Joana Filipe.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, Maria da Conceição Pinela Pereira, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, António João Antunes Isidoro, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de

Carvalho, Rui Estevam de Matos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata. -----

Sete abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Miriam Mascarenhas, Carlos Alberto da Silva Tomás, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, uma do Senhor António João Antunes Isidoro, eleito do PSD.-----

Um voto contra da Senhora Joana Margarida Ganço Filipe, eleita do BE. -----

--- **d) Cedência do Lote 1 do Loteamento Municipal lar Residencial de Alvalade - Dar conhecimento da alteração da área do Lote;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar conhecimento à Assembleia Municipal da seguinte proposta aprovada pelo Executivo Municipal:-----

“**PROPOSTA: 1.** Alterar o ponto 1 da Deliberação da Câmara Municipal de trinta e um de março de dois mil e onze, no sentido de passar a constar que o lote a ceder à Casa do Povo de Alvalade, para construção do Lar de Idosos, tem a área de 9.087,75m², está inscrito na matriz predial sob o artigo 2217º, e descrito na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóvel de Santiago do Cacém sob o nº 1706/20101025;

2. Mantém-se as condições de cedência anteriormente aprovadas;-----

3. Dar conhecimento à Assembleia Municipal, tendo em conta que esta já declarou o interesse público das edificações a erigir no lote por deliberação de 19 de abril de 2011, com base na área inicial do lote. -----

FUNDAMENTOS: 1- Na sequência da Deliberação de Câmara de dois de janeiro de dois mil e catorze, que aprova a alteração ao Loteamento Municipal de Lar Residencial de Idosos. -----

2 - De acordo com a alínea g) do nº 1 do art.º 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 – Conforme o solicitado pela Casa do Povo de Alvalade.”-----

A Senhora Presidente colocou o assunto para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra.-----

--- **e) Relatório Semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município – Dar conhecimento;**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que deu conhecimento do Relatório mencionado em epígrafe, conforme a seguinte proposta do Executivo Municipal:-----

“**PROPOSTA: Dar conhecimento** à Assembleia Municipal do relatório semestral sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao 1º semestre de 2014, apresentado pelo auditor externo que procede anualmente à revisão legal de contas.” *

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o previsto na alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei 73/2013, de 3 de setembro”.-----

*documento que será dado como reproduzido na presente ata com o número quinze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou o assunto a discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipa, eleita do BE, referindo que apesar do pouco tempo que teve para analisar o documento, verificara que no mesmo era referido que a Câmara Municipal não dispunha da Norma de Controlo Interno, conforme a lei obrigava, desde

dois mil e dois, questionando sobre a razão de não estar a ser cumprida a lei nesta matéria. -----

Referiu também que no Relatório é chamada a atenção para o facto do prazo médio de pagamento aos fornecedores estar acima daquele que é considerado razoável, em termos legais. -----

Mais referiu que nos dados constantes no documento se podia observar que a execução orçamental da receita, nos últimos anos, se tinha situado abaixo dos oitenta e cinco por cento, valor limite que a lei prevê como referência para alerta de potenciais desvios.-----

Acrescentou que, independentemente de uma melhoria da situação financeira, era preciso corrigir três ou quatro situações indicadas no Relatório, como a questão do sistema de controlo interno que já tinha referido. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que estava em apreço um documento técnico, mas sobre o qual se podiam fazer diferentes leituras políticas. -----

Mais referiu que, do ponto de vista financeiro, a situação tinha vindo a melhorar, sendo sublinhado naquele Relatório o esforço que a Câmara Municipal tem feito para a redução da dívida.-----

Referiu ainda que o Relatório servia para se corrigir o que estava a ser mal feito, tal como acontecia quando no Município são feitas inspeções ordinárias que alertam para eventuais procedimentos que devem ser alterados. -----

O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Diretor Financeiro da Câmara Municipal para dar alguns esclarecimentos técnicos, o qual começou por esclarecer que os prazos médios de pagamento indicados resultavam da fórmula de cálculo aplicada, na qual se considerava também o volume da despesa, acrescentando que o prazo de pagamento tem sido reduzido de forma consistente nos últimos anos.-----

Relativamente à Norma de Controlo Interno referiu que a sua falta não significava que não existiam medidas de controlo, tal como era referido no Relatório. -----

Mais informou que estão sendo analisadas outras questões técnicas de controlo de materiais, dando ainda mais algumas explicações técnicas relativas aos procedimentos contabilísticos no âmbito do POCAL e a sua diferenciação em relação à informação empresarial. -----

O Senhor Presidente referiu que as situações irregulares serão corrigidas.-----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, referindo que, desde dois mil e onze, o orçamento municipal tinha sofrido uma redução de vinte e cinco por cento, correspondendo a quarenta milhões de euros, questionando como tinha sido possível, um corte desta dimensão, em quatro anos, considerando positivo o facto da Câmara Municipal, mesmo nesta situação, ter vindo a melhorar os índices de endividamento.----

O Senhor José Sucena referiu que se congratulava pelo facto de ter sido feito o Relatório em apreço, porque era uma boa ajuda para o Executivo Municipal, documento que tinha recebido, em Lisboa, na terça-feira da semana em curso, lamentando que o Senhor João Pereira, não o tenha recebido, em Santiago, com a mesma antecedência, e por essa razão não dispor de tempo para o analisar e assim poder elogiar a situação da Câmara Municipal, nomeadamente o equilíbrio financeiro conseguido, a redução da dívida, apesar dos cortes da Administração Central e a redução de um milhão de euros nos pagamentos em atraso, razões pelas quais felicitava o Executivo Municipal, sem prejuízo do mesmo levar a cabo as recomendações de carácter administrativo contidas no Relatório, de forma a reforçar o controlo existente no Município. -----

Interveio o Senhor João Pereira, referindo que, efetivamente, só tinha tido tempo de ler as últimas páginas do documento, constatando que a dívida estava a baixar, felicitando o Executivo por esse facto, acrescentando que também deverá ser tido em conta o

conjunto de recomendações que são feitas naquele Relatório, lamentando não ter tido tempo para analisar o conteúdo das quarenta e cinco páginas do mesmo. -----
Interveio a Senhora Miriam Mascarenhas, eleita do PS, sugerindo que a documentação fosse remetida por correio eletrónico, acrescentando ter uma experiência positiva na receção de documentos por esta via. -----
A Senhora Presidente referiu que a sugestão ficava registada. -----

--- f) Transmissão da Universalidade da Assembleia Distrital de Setúbal (ADS) - Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS). -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: Um:** Aprovar a aceitação da transição da Universalidade da ADS para a AMRS conforme deliberação do Conselho Diretivo da AMRS de 10 de setembro de 2014, em anexo. * -----

Dois: Aprovar a alteração dos Estatutos da AMRS, conforme deliberação do Conselho Diretivo da AMRS de 10 de setembro de 2014, em anexo.” * -----

FUNDAMENTOS De facto: 1. O novo Regime Jurídico das Assembleias Distritais, concedeu um prazo de 120 dias para que estas deliberassem afetar a universalidade dos seus bens, direitos e obrigações a uma entidade intermunicipal cujo âmbito territorial coincida total ou parcialmente com a área do Distrito (que no caso da AMDS para a AMRS);-----

2. Para que se opere a transferência da universalidade dos bens, direitos e obrigações é necessário que cada município associado na AMRS, aprove as necessárias alterações estatutárias e respetiva transferência, através das suas assembleias municipais, sob proposta da respetiva câmara municipal, credenciando assim a Assembleia Intermunicipal a efetivar a referida transferência. -----

De Direito: Nos termos da Lei n.º 36/2014, de 26 de junho (Novo Regime Jurídico das Assembleias Distritais) nomeadamente n.º 1 do artigo 2.º e n.º 2 do artigo 3.º e artigo 8.º do n.º 1 da alínea f) dos Estatutos da AMRS. -----

*documentos que são dados como reproduzidos na presente ata com o número dezasseis, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricados pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a colocou de imediato a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

5. ATIVIDADE AUTÁRQUICA -----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a “Informação sobre a atividade da Câmara Municipal nos meses de maio a julho de dois mil e catorze.*”-----

*documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dezassete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro da atas depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, questionando sobre as diligências que foram feitas para evitar o encerramento de todas as escolas que o Ministério da Educação tinha anunciado. Mais questionou se se tratava de um recuo temporário ou se o Ministério, no próximo ano, iria insistir no seu encerramento. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que todos os anos o Município era confrontado com o encerramento de escolas por parte do Governo. -----

Relativamente ao ano letivo em curso, informou que numa reunião com a Senhora Delegada Regional da Educação, foi transmitida a intenção do Ministério de encerrar escolas com menos de vinte e um alunos, nomeadamente a escola de Brescos, S. Bartolomeu da Serra, Arealão e S. Domingos, pelo que, comunicou àquela responsável que a Câmara Municipal só concordava com o encerramento da escola de Brescos, a qual só tinha um aluno matriculado, informando também a Senhora Diretora Regional de que nos restantes casos o Ministério iria comprar uma guerra com as autarquias e as populações locais. Mais informou que a Câmara Municipal colocou o assunto no Conselho Municipal de Educação, o qual deliberou no mesmo sentido da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, de não aceitar o encerramento daquelas escolas. Situação que foi também discutida com as populações. -----
Informou ainda que, passado alguns dias destas ações, a Câmara Municipal recebeu a informação de que só seria encerrada a escola de Brescos. -----

15ª MOSTRA DE TEATRO – APOIOS-----

A Senhora Joana Filipe, eleita do BE, questionou sobre os apoios que foram dados pela Câmara Municipal àquela iniciativa. -----
O Senhor Presidente informou que foi dado apoio financeiro, de cerca de seis mil euros, apoio logístico, disponibilização do Auditório e aquisição de um espetáculo.-----
O Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, informou que também a Junta de Freguesia de Santo André tinha dado apoio financeiro e logístico para a realização daquela Mostra. --
O Senhor João Pereira, eleito do PS, perguntou quanto tempo tinha durado a Mostra de Teatro, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal informado que durou um mês.

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – AUXÍLIOS ECONÓMICOS-----

A Senhora Joana Filipe referiu que na informação autárquica consta que foram recebidas quinhentas e onze candidaturas, mas não indica se foram mais ou menos que no ano anterior, nem se foram todas contempladas. -----
O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o processo ainda estava em curso e que as candidaturas serão todas contempladas, caso cumpram com os requisitos previstos na lei. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----
Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----
Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----
Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram vinte e três horas e trinta minutos. -----
Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

